

# Entidades se mobilizam em defesa do pré-sal

ESTADO > MOVIMENTO DESENCADEADO NO RIO GRANDE DO SUL BUSCA PROTEGER A RESERVA POR MEIO DE ALTERAÇÃO NA LEI

Jansle Appel Junior  
jansle@gazetadosul.com.br

A sociedade gaúcha está se mobilizando em defesa do pré-sal, o gigantesco reservatório de petróleo e gás natural que virou sinônimo de pujança econômica do Brasil para o futuro. Mesmo que as reservas estejam localizadas em território marítimo além das divisas do Estado, entidades do Rio Grande do Sul decidiram se envolver com a causa, por acreditarem que os frutos serão colhidos por municípios de todo o território nacional.

A Assembleia Legislativa (AL) e a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) encabeçam o movimento batizado de *O pré-sal é nosso*. A iniciativa integra as atividades do Comitê Gaúcho em Defesa do Pré-sal, que conta com uma extensa lista de organizações apoiadoras. Em setembro, a mobilização rendeu a elaboração de um documento entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, externando a preocupação de que a riqueza obtida seja repartida entre todos os brasileiros.

Na noite de quinta-feira a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) ratificou sua adesão ao movimento, promovendo a palestra *E o pré-sal é nosso?*. O evento contou com representações da Ajuris, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), AL, Associação dos Engenheiros da Petrobras e da própria universidade. O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, João Pedro Schmidt, destacou que a instituição demonstra o compromisso com uma causa que “é nacional e terá resultados não só para os próximos anos, mas para todo o século 21”.

Segundo ele, uma das motivações para o envolvimento da universidade no assunto é a boa perspectiva que o pré-sal oferece para a geração de recursos destinados à educação. A

professora do Curso de Direito Maria Beatriz Oliveira da Silva, representante da Unisc no comitê estadual, lembrou que o debate em torno do pré-sal envolve uma questão de soberania nacional. “Por isso o envolvimento da Unisc e de diferentes setores”, sublinhou.

## PREOCUPAÇÃO

A principal preocupação é de que, conforme permite a atual legislação que regula o petróleo, os produtos extraídos do pré-sal possam ser administrados por empresas privadas, saindo do controle da Petrobras e permitindo que os recursos acabem longe dos municípios. Por isso, a Ajuris e as organizações parceiras defendem mudanças na lei, protegendo o que o País já considera como uma das principais oportunidades de crescimento econômico da história brasileira.

“É uma riqueza que deve ser considerada nacional. Hoje os contratos de extração são de concessão. Áreas de exploração são concedidas a empresas privadas por meio de leilões. A ideia é que passem a ser contratos de parceria”, defende o presidente da Ajuris, o desembargador Carlos Cini Marchionatti. Ele salientou que o Rio Grande é o primeiro Estado a se levantar em defesa do pré-sal, e a iniciativa já está desencadeando a mobilização de outras regiões.

Também pudera. O volume de produção previsto com as reservas descobertas pela Petrobras impressiona. De acordo com o engenheiro Raul Tadeu Bergman, que atua pela empresa como assessor técnico, a estimativa é de que possam ser extraídos de lá 90 bilhões de barris. Com isso, o Brasil passaria a ter a quarta maior reserva de petróleo do mundo. “Entre pesquisas e perfurações, até o início dos trabalhos, ainda teremos de quatro a cinco anos para planejar o que queremos para o País.”



PALESTRA na última semana ratificou o ingresso da Universidade de Santa Cruz do Sul no movimento estadual

## Saiba mais

• A camada pré-sal é um gigantesco reservatório de petróleo e gás natural, localizado nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo (região litorânea entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo). Essas reservas estão localizadas abaixo da camada de sal (que pode ter até 2 quilômetros de espessura). Portanto, se localizam entre 5 e 7 mil metros abaixo do nível do mar.  
• Essas reservas se formaram há, aproximadamente, 100 milhões de anos, a partir da decomposição de materiais orgânicos depositados sobre a estrutura rochosa a partir da

separação da África e América, ocorrida do sul para o norte.  
• Técnicos da Petrobras ainda não conseguem estimar a quantidade total de petróleo e gás natural contidos na camada de pré-sal. No Campo de Tupi, por exemplo, a estimativa é de que as reservas são de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo.  
• Em setembro do ano passado, a Petrobras começou a explorar petróleo da camada pré-sal em quantidade reduzida. Essa exploração inicial ocorreu no Campo Jubarte, por meio da plataforma P-34.

## Movimento quer mudar Lei do Petróleo

A lei ordinária 9.478, de 1997, também conhecida por Lei do Petróleo, foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. O documento marca o fim do monopólio estatal do petróleo do País nas atividades relacionadas a exploração, produção, refino e transporte da matéria-prima. Até então, esse monopólio era praticado pela Petrobras, conforme autorizava a uma lei de 1953, revogada a partir da mudança. Dessa forma, foi concedida às demais empresas

da área petrolífera – nacionais e estrangeiras – a possibilidade de atuar em todos os elos da cadeia produtiva.

A mobilização da entidades gaúchas defende a necessidade de modernização da legislação de 1997, já que essa permitiria, hoje, que qualquer empresa com sede e administração no País possa exercer controle sobre a produção, e assim garantir propriedade sobre o petróleo ou gás extraído, podendo dispor deles como quiser.

Para a Ajuris e seus apoiadores na campanha, a melhor forma de manter o controle sobre a produção da descoberta da Petrobras, e evitar uma exploração predatória dos reservatórios, é manter a exploração, produção, refino e transporte sob regulação e fiscalização da estatal brasileira. Outras duas sugestões propõem a divisão dos royalties entre todos os estados e municípios e a eliminação dos leilões de energia, encarregando a Petrobras pela produção do pré-sal.

## Projetos

Atualmente, quatro projetos de lei tramitam na Câmara dos Deputados com vistas a mudanças na Lei do Petróleo. Os projetos seguem para comissão especial, pois devem passar por pelo menos três comissões setoriais:

• **Marco Regulatório (Partilha)** - Determina como serão os contratos, a distribuição das receitas, a formação dos consórcios e a participação do governo e da Petrobras. Tem como relator o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)

• **Fundo Social** - Determina que o fundo destinará recursos para projetos na área de educação, combate à pobreza, desenvolvimento de ciência e tecnologia, cultura e sustentabilidade ambiental por meio de royalties, receita do petróleo e aplicações financeiras. Tem como relator o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

• **Petro Sal** - Autoriza o governo a criar nova estatal, que irá gerir os contratos da partilha. Tem como relator Antônio Palocci (PT-SP)

• **Capitalização da Petrobras** - Autoriza a União a ceder, sem licitação, à Petrobras, áreas no pré-sal, até o limite de 5 milhões de barris. Tem relatoria do PMDB.

## Internet Banda Larga Via Rádio

Sem necessidade de linha telefônica  
Disponível 24h  
Atendimento local  
Suporte estendido  
Emails ilimitados  
300MB de espaço por email



Venha para a  
Viavale você também!

\* Promoção válida para novas instalações em Santa Cruz do Sul no período 8 meses de contrato.



Instalação: R\$199,00\*  
Mensalidade: R\$59,90\*

Ramiro Barcelos, 1224 - Centro - Santa Cruz do Sul/RS - 51.3713-7600